



CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS  
CNPJ: 05.349.595/0001-09

Relatório da Administração - Exercício de 2025

Senhores Acionistas,  
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as disposições legais e estatutárias, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.  
No exercício de 2025, a Administradora alcançou receita de prestação de serviços de R\$ 311,4 milhões, representando um crescimento de 14,2% (+R\$ 38,8 milhões) em comparação ao mesmo período do ano anterior.  
Esse desempenho reflete o empenho consistente da Companhia em manter sua trajetória de expansão, mesmo diante do impacto do encerramento das atividades comerciais com a Caixa Econômica Federal, ocorrido em 2021, que resultou em uma redução de receita de R\$ 25,8 milhões no faturamento da carteira oriunda dessa parceria em dezembro de 2025 comparado ao mesmo período do ano anterior.  
É importante destacar que esse efeito foi mais do que compensado pelo sólido crescimento das operações com distribuição ativa, que registraram expressivo avanço de 34% (R\$ 62,5 milhões), evidenciando a capacidade de adaptação e eficiência da estratégia comercial da Companhia.  
A atividade comercial da Companhia, alicerçada em seu modelo de multiparcerias e no canal Broker, manteve trajetória consistente de expansão. No exercício de 2025, esses canais resultaram em um volume expressivo de R\$ 5,5 bilhões em novos créditos alocados, refletindo a força da estratégia de diversificação e distribuição.  
No mesmo período, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 112,3 milhões e alcançou patrimônio líquido de R\$ 390,5 milhões, evidenciando a solidez financeira e a consistência na execução de sua estratégia.  
Sob a perspectiva operacional, a Companhia manteve seu compromisso com a entrega de valor aos clientes, concretizado na disponibilização de 11.863 bens ao longo do exercício, reforçando sua relevância como parceira de confiança para a realização de projetos e conquistas pessoais.  
**Negócios sociais e principais impactos internos e externos na Companhia**  
Em 21 de outubro de 2025, a Companhia anunciou a celebração de parceria estratégica entre CNP Consórcios e Embracorp Administradora de Consórcios S.A., envolvendo a integração de operações e estruturas de distribuição relacionadas à atividade de consórcios.

O referido ato de concentração foi submetido às autoridades competentes, tendo sido aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, conforme decisão divulgada em 22 de dezembro de 2025.  
A conclusão da operação permanece condicionada ao cumprimento das demais condições precedentes, destacando-se, entre elas, a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN), ainda pendente na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.  
A Companhia observa as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, atendendo às previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.  
**Política de equidade - Lei 15.177/2025**  
Com base na Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia e em conformidade com o § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente corporativo inclusivo e equitativo. A política estabelece diretrizes claras para o acolhimento da diversidade, igualdade de oportunidades e desenvolvimento de lideranças inclusivas. A Companhia adota práticas estruturadas de recrutamento, capacitação e comunicação que valorizam grupos minorizados, com foco especial na representatividade de mulheres, pessoas pretas e pardas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência em todos os níveis hierárquicos.  
Em atendimento à exigência legal, este relatório apresenta os indicadores de diversidade e equidade da Companhia, incluindo: (i) a quantidade e proporção de mulheres contratadas, segmentadas por níveis hierárquicos; (ii) a quantidade e proporção de mulheres em cargos de administração; (iii) demonstrativo em percentual da remuneração fixa, variável e eventual, segregado por sexo e função (ou grupos de funções similares); e (iv) a evolução comparativa desses indicadores entre o exercício findo e o imediatamente anterior. Esses dados refletem o compromisso da Companhia com a transparência e com a construção de uma cultura organizacional que valoriza a equidade de gênero e a inclusão como pilares estratégicos de sua atuação empresarial.  
Os dados reportados consideram todas as empresas do Grupo CNP Seguradora, considerando a premissa que colaboradores com atuação Cross em todas as empresas (CNP Capitalização, CNP Consórcio, Odonto Empresas e Previsul) tem vínculo com a empresa Previsul, se reportarmos de forma separada não teremos amostragem de dados nas demais empresas. Reforçamos que a política de diversidade é a mesma para todas as empresas do grupo.

**1. Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis:**

Nível	Quantidade Total de Contratações	Quantidade de Contratações Mulheres	% Contratação Mulheres x Total Contratados
Diretores	0	0	0%
Superintendentes	3	2	67%
Gerentes/Especialistas II	10	3	30%
Coordenadores/Especialista I	30	8	27%
Demais Cargos	60	41	68%

**2. Quantidade e proporção de mulheres em cargos de administração:**

Nível	Quantidade Total	Quantidade de Mulheres	% de Mulheres
Conselho de Administração	4	3	75%
Diretoria Estatutária	7	3	43%

**3. Demonstrativo de remuneração fixa, variável e eventual, segregado por sexo e função:**

Nível	% Remuneração Mulheres x Homens
Diretores	80%
Superintendentes	86%
Gerentes/Especialistas II	98%
Coordenadores/Especialista I	92%
Demais Cargos	92%

(\*) quadro representa a média salarial das mulheres vs a média salarial dos homens por cargo  
Honorários de Auditoria externa  
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.  
**Considerações finais e agradecimentos**  
A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e conselheiros. Agradece também o apoio dado pelo BACEN à regulação do setor, ao profissionalismo dos parceiros que distribuem os produtos da Companhia e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho. Por fim, a Companhia registra seu reconhecimento e agradecimento a todos os colaboradores, cujo empenho, dedicação e comprometimento foram determinantes para a conquista dos resultados apresentados neste exercício.  
Barueri (SP), 23 de março de 2026.

Balancos Patrimoniais  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025
Ativo circulante		297.903	Passivo circulante		181.356
Disponibilidades		159	Outras obrigações		181.356
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6	178.108	Sociais e estatutárias	11.1	53.167
Títulos e valores mobiliários		178.108	Fiscais e previdenciárias	11.2	5.790
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6	36.056	Diversas	11.3	122.399
Títulos e valores mobiliários		36.056	Passivo exigível a longo prazo		270.731
Créditos tributários	7.2.1	47.730	Outras obrigações		270.731
Outros créditos	7	20.314	Diversas	11.3	270.731
Rendas a receber	7.1	28.787	Patrimônio líquido	12	390.500
Diversos	7.2	12.196	Capital	12.1	139.000
Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito	7.1	(20.669)	De domiciliados no país		68.457
Outros valores e bens		15.536	De domiciliados no exterior		70.543
Despesas antecipadas	8	15.536	Reservas de lucros	12.2	252.494
Ativo realizável a longo prazo		403.265	Outros resultados abrangentes		(994)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6	12.246			
Títulos e valores mobiliários		12.246			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6	66.916			
Títulos e valores mobiliários		66.916			
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas	11.4	14.620			
Créditos tributários	7.2.1	159.822			
Outros valores e bens		149.661			
Despesas antecipadas	8	149.661			
Permanente		141.419			
Imobilizado de uso	9	560			
Outras imobilizações de uso		929			
Depreciações acumuladas		(369)			
Intangível	10	140.859			
Ativos Intangíveis		159.561			
Amortização acumulada		(18.702)			
TOTAL DO ATIVO		842.582	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		842.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Semestre e Exercício  
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º semestre de 2025	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira	15	27.346	52.140
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		27.346	52.140
Resultado bruto da intermediação financeira		27.346	52.140
Outras receitas/despesas operacionais		88.248	94.947
Receitas de prestação de serviços	16	164.087	311.391
Despesas de pessoal	17	(16.224)	(40.892)
Outras despesas administrativas	18	(117.688)	(213.588)
Despesas tributárias	19	(19.996)	(42.872)
Outras receitas operacionais	20	90.658	128.704
Outras despesas operacionais	20	(11.353)	(46.889)
Resultado da provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito	20	(1.236)	(907)
Resultado operacional		115.594	147.087
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		115.594	147.087
Imposto de renda e contribuição social	22	(19.632)	(28.888)
Imposto de renda		9.061	5.722
Imposto de renda - diferido		(23.446)	(26.888)
Contribuição social		3.255	2.039
Contribuição social - diferido		(8.502)	(9.741)
Participações no lucro	21	(2.099)	(5.914)
Lucro líquido do semestre/exercício		93.863	112.305
Quantidade de ações		7.711.637	7.711.637
Lucro por ação em R\$		12,17	14,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente  
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício	93.863	112.305
Outros resultados abrangentes	1.000	2.821
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	1.000	2.821
Ajustes de títulos e valores mobiliários	1.515	4.274
Eleito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(615)	(1.453)
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício	94.863	115.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa - Método Indireto  
(Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º semestre de 2025	31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício	93.863	112.305
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	5.330	10.301
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.236	907
Outros ajustes - diversos		
Impostos diferidos	30.409	34.006
Provisão para contingências	1.398	4.384
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas	(183)	(106)
Rendas antecipadas	16.506	27.379
Despesas antecipadas	(33.287)	(62.206)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	1.647	66.696
Créditos tributários	(34.772)	(40.764)
Ativo fiscal diferido	515	1.453
Depósitos judiciais e fiscais	(713)	760
Despesas antecipadas	539	200
Outros ativos	(3.254)	(2.150)
Impostos e contribuições	(593)	2.547
Outras contas a pagar	(74.174)	(151.022)
Depósitos de terceiros	2.054	1.952
Outros passivos	(226)	6.011
Caixa gerado pelas operações	6.295	12.653
Imposto sobre o lucro pagos	(1.607)	(4.554)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.688	8.099
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(4.900)	(8.910)
Intangível	(235)	(381)
Intangível	(4.665)	(8.529)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(4.900)	(8.910)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(212)	(811)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	371	970
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	159	159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido  
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2025	139.000	2.031	166.015	(3.815)	303.231	303.231
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.821	112.305	112.305
Títulos e valores mobiliários - TVM	-	-	-	-	-	-
Proposta de destinação do lucro líquido:						
Reserva legal - (Nota 12.2)	-	5.615	-	-	(5.615)	-
Dividendos propostos - (Nota 12.3)	-	-	-	-	(19.957)	(19.957)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(7.900)	(7.900)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	139.000	7.646	166.015	(994)	390.500	390.500
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	139.000	2.953	179.155	(1.994)	-	319.114
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	93.863	93.863
Títulos e valores mobiliários - TVM	-	-	-	1.000	-	1.000
Proposta de destinação do lucro líquido:						
Reserva legal - (Nota 12.2)	-	4.693	-	-	(4.693)	-
Dividendos propostos - (Nota 12.3)	-	-	-	-	(15.577)	(15.577)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(7.900)	(7.900)
Reserva de retenção de lucros	-	-	65.693	-	(65.693)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	139.000	7.646	244.848	(994)	-	390.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração Consolidada de Recursos de Consórcios  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025
Circulante		4.842.454
Disponibilidades		227
Depósitos bancários		227
Aplicações interfinanceiras de liquidez	24	2.097.371
Disponibilidade do grupo	24	140.340
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação - SELIC	24	1.955.397
Recursos de grupos em formação	24	1.634
Outros créditos		2.744.856
Direitos junto a consorciados contemplados - normais		2.692.466
Direitos junto a consorciados contemplados - em atraso		52.390
Compensação		18.359.913
Previsão mensal receitas a receber de consorciados		78.115
Contribuições devidas ao grupo		9.892.997
Valor dos bens ou serviços a contemplar		8.388.801
TOTAL GERAL DO ATIVO		23.202.367
PASSIVO		4.842.454
Circulante		1.542.316
Obrigações com consorciados		1.542.316
Valores a repassar		63.683
Obrigações por contemplações a entregar		1.955.397
Obrigações com a administradora		937
Recursos a devolver a consorciados		933.001
Recursos do grupo		347.120
Compensação		18.359.913
Recursos mensais a receber de consorciados		78.115
Obrigações do grupo por contribuições		9.892.997
Bens ou serviços a contemplar		8.388.801
TOTAL GERAL DO PASSIVO		23.202.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos  
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2025	31/12/2025
Disponibilidades no início do semestre/exercício	2.325.647	2.362.729
Depósitos bancários	371	310
Aplicações financeiras - grupos	181.467	153.238
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	2.143.809	2.209.181
(+) Recursos coletados	1.141.085	2.264.596
Contribuições para aquisição de bem	774.400	1.565.755
Taxa de administração	181.769	342.246
Contribuições ao fundo de reserva	38.861	76.253
Rendimento de aplicações financeiras	119.837	233.392
Multas e juros moratórios	3.895	8.301
Prêmios de seguros	7.275	14.413
Custas judiciais	3	8
Outros	15.045	23.628
(-) Recursos utilizados	1.369.134	2.529.727
Aquisição de bens	936.570	1.767.987
Taxa de administração	183.262	344.682
Multas e juros moratórios	1.944	4.122
Prêmios de seguros	7.240	14.424
Custas judiciais	3	8
Devolução a consorciados desligados	47.431	107.038
Outros	192.684	291.466
Disponibilidades no final do semestre/exercício	2.097.598	2.097.598
Depósitos bancários	227	227
Aplicações financeiras - grupos	141.974	141.974
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	1.955.397	1.955.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional**  
A CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios, doravante referida também como "Companhia" ou "Administradora", iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2002, cadastrada no CNPJ sob o nº 05.349.595/0001-09, está sediada na Avenida Tamboaré, nº 267, Torre Norte, 14º andar, unidade 141-A, Barueri - SP - CEP 06460-000, e é controlada pela CNP Assurances S.A.  
A Companhia tem por objeto social a administração de grupos de consórcios, prestação de serviços a terceiros mediante a venda e colocação de cotas de outras administradoras de consórcios, a administração de grupos de outras administradoras de consórcios e a realização de serviços de cadastro, pesquisas e consultoria a outras administradoras de consórcios.  
**1.1. Estrutura societária do Grupo CNP**  
A estrutura atual do Grupo CNP é apresentada no organograma a seguir:

**2. Resumo das políticas contábeis materiais**  
As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF e práticas contábeis adotadas no Brasil, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As políticas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.  
De acordo com a Resolução CMN nº 4.910/21 e a Resolução BCB nº 02/20 e suas alterações

posteriores, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.  
Em conformidade com a Resolução BCB nº 352/23 artigo nº 102, que versa sobre as disposições transitórias aplicáveis às Administradoras de Consórcio, a Companhia está dispensada de apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.  
As mudanças nas políticas contábeis



CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS  
CNPJ: 05.349.595/0001-09

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

\*continuação

Para calcular o ativo ponderado pelo risco que entra na determinação do capital requerido a companhia deve estabelecer uma estimativa de LGD para cada exposição corporativa.

A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da Companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros, por se tratar de risco soberano e por prática de mercado serem considerados títulos de baixíssimo risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

### 3.5. Perdas esperadas de outros créditos

Conforme definido pelo Inciso III do artigo nº 50 da Resolução BCB nº 352/23, Administradoras de Consórcios não segmentadas pelo BACEN devem aplicar o modelo simplificado conforme descrito na Norma. Portanto a Provisão para Perdas Incorridas Associadas ao Risco de Crédito (PIARC) segue o modelo simplificado.

Para as taxas de administração, ora reconhecidas pelo regime de competência, a Companhia efetua o registro de provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito (PIARC) a partir da primeira parcela vencida, calculada considerando o modelo simplificado definido na Resolução BCB nº 352/23, onde as parcelas vencidas são calculadas com base em um fator definido, com base em seu atraso e o status de contemplação.

### 3.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. São mensurados ao VJR e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é refletido no resultado.

### 3.7. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas (impairment), quando aplicável, calculado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

Os passivos intangíveis incluem sistemas aplicativos, sistemas de computação, sistemas de computação em desenvolvimento e ativos de direito de uso. Os ativos de direito de uso são compostos por exclusividade/preferência de canais de vendas. Esses ativos são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados a partir da data de sua utilização.

### 3.8. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto é material.

A Companhia constitui provisões conforme CPC 25 para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal".

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação vigente.

### 3.9. Apuração do resultado

A apuração do resultado obedece ao regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas sejam reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

A taxa de administração é reconhecida pelo regime de competência em atendimento à Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021 e alterações posteriores. Dessa forma, são registrados como receita do período as parcelas mensais de cotas contempladas e de não contempladas, recebidas ou não, e os recebimentos antecipados em que tenha cessado a obrigação de desempenho do contrato. Já em relação aos recebimentos antecipados (lanços ou antecipações de cotas) em que não houve a quitação do contrato, são registrados como receita antecipada e apropriados pelo prazo remanescente da obrigação de desempenho perante o consorciado.

As despesas de comitê sobre venda de cotas de consórcio, anteriormente reconhecidas no momento da inclusão dos consorciados nos grupos, conforme determina a Carta Circular nº 2.598/1995, passaram a ser diferidas pelo prazo da obrigação de desempenho a partir de janeiro de 2022, com a publicação da Instrução Normativa BCB nº 187/2021, que revogou a referida Carta Circular.

As despesas de formalização de garantia e custo de contemplação são reconhecidas por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.

### 3.10. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja debitabilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante. A compensação de ativos e passivos fiscais diferidos é permitida quando há um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e ambos estão relacionados ao imposto de renda e a contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária, sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

### 3.11. Regras globais contra a erosão da base tributária

Considerando as recentes alterações na legislação tributária brasileira, em especial a Lei nº 15.079 de 27 de dezembro de 2024 e a Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, em vigor desde 1º de janeiro de 2025, que regulamentam a Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em conformidade com as Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (GloBE Rules), ou Pilar 2 da OCDE, o Grupo econômico CNP Assurances realizou uma análise sobre o enquadramento das entidades pertencentes ao grupo e dos potenciais impactos da norma.

Dessa forma, com base nas informações contábeis e financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2024, a operação da Companhia enquadra-se na Regra Simplificadora GloBE de Transição (RSGT) que tomou como base as informações prestadas pelo Grupo de Empresas Multinacional na Declaração País-a-País, o Country by Country Report, para o ano calendário de 2025, não estando sujeita à incidência do Adicional da CSLL relacionado ao Pilar 2.

### 3.12. Impactos na adoção de novas normas

A Resolução BCB nº 352/23 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e aos fluxos de caixa, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais, revogando a Resolução BCB nº 219/2022. Esta Resolução entrou em vigor em 01/01/2024, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência será a partir de 01/01/2025 e 01/01/2027.

Conforme definido pelo Inciso III do artigo nº 50 da Resolução BCB nº 352/23, Administradoras de Consórcios não segmentadas pelo BACEN devem aplicar o modelo simplificado conforme descrito na Norma. Portanto a Provisão para Perdas Incorridas Associadas ao Risco de Crédito (PIARC) segue o modelo simplificado.

Esse processo estruturado garantiu que a Companhia implementasse a Resolução BCB 352/23 de forma eficaz, contabilizando mensalmente a Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito (PIARC) assegurando a adequação das demonstrações financeiras aos novos padrões regulatórios. A adoção da nova norma, comparando o valor contabilizado da PIARC em dezembro/25 frente a dezembro/24, resultou numa redução de R\$ 907. Foi considerado pela Companhia como um impacto material, e por isso definiu-se registrar no resultado do período.

### 4. Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, e reportados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos e Compliance foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e Compliance são:

- Definir a visão estratégica de Risk Appetite, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- Garantir o comprometimento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais e de compliance;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;

- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Assegurar a implementação de todos os pilares da Resolução 324/2022 e eventuais evoluções das regras;
- Elaborar, trimestralmente, o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia; e

- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Ainda, com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e Compliance junto à estrutura de Governança organiza regularmente o Comitê d'Engagements (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia).

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e a integridade, à prevenção de fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados pela Diretoria de Riscos e Compliance e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados e as devidas ações tomadas.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente Compliance e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, entre outros.

A Companhia também possui processos e normativos internos relacionados a temas de Compliance, Risco Operacional e Controles Internos, Riscos Técnicos e Financeiros e Segurança da Informação.

### 4.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para o Grupo.

Para mitigar o risco de crédito de outros ativos financeiros, a CNP Consórcio possui processo de análise de crédito do cliente e de prevenção a fraudes na etapa de compra da Cota.

Esses controles permitem assegurar a saúde financeira do grupo de consorciados e da Administradora.

A Companhia possui como estratégia adicional de mitigação de risco de crédito a contratação de seguro de quebra de garantia (SQG) que garante que a arrecadação do grupo não será prejudicada em caso de inadimplência dos consorciados contemplados e com posse do bem. O controle e monitoramento com relação à inadimplência é contínuo.

A inadimplência por quantias de cotas, considerando 90 dias de atraso, é de 5,68%.

Para mitigar o risco de crédito dos títulos e valores mobiliários, a empresa monitora os preços diários dos ativos e busca uma diversificação do portfólio. A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito, de títulos e valores mobiliários, da Companhia:

Composição dos ativos financeiros	31/12/2025					Sem Rating (I)	Total
	AAA	AA+	AA	AA-	A		
Valor justo por meio do resultado - VJR	49.101	5.307	1.099	2.007	479	(218)	190.354
Fundos							
Debêntures	24.195	4.807	1.099	2.007	479	-	32.587
Letras Financeiras	24.906	500	-	-	-	-	25.406
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	1.265	-	1.265
Operações compromissadas	-	-	-	-	2.356	-	2.356
Outros valores	-	-	-	-	-	(218)	(218)
Outros resultados abrangentes - VJORA	-	-	-	-	-	-	102.972
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	17.237	-	17.237
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	36.056	-	36.056
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	49.679	-	49.679
Exposição máxima ao risco de crédito	49.101	5.307	1.099	2.007	479	(218)	293.326

(I) referem-se a valores de cotas a pagar e impostos a pagar do fundo exclusivo Anaje.

### 4.2. Risco de Liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações.

A CNP Consórcio possui limites mínimos de patrimônio líquido ajustado e limites operacionais que estão sendo acompanhados conforme as disposições do Banco Central. Conforme apresentados no quadro abaixo:

	31/12/2025
Recursos aplicados no ativo permanente	141.419
Patrimônio líquido ajustado	406.078
Limite de imobilização	34,83%
	31/12/2025
Operações passivas das administradoras dos recursos dos grupos de consórcio	436.510
Recursos dos grupos de consórcios	142.202
Patrimônio líquido ajustado	406.078
Limite de alavancagem	1,43

### 4.3. Risco de Mercado

#### 4.3.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma Companhia. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

#### 4.3.2. Análise de sensibilidade das taxas de juros

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de Stress Test, o qual é feito para as classificações ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 100 base points na curva de juros. Este cenário contempla variações da curva de inflação e curva de juros. O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Impacto alta 100bps	Impacto alta 1bp
Curva de desajô de LFT	(391)	-
Fundos	-	847
Curva de Juros Prê	(645)	93
Total	(1.036)	940

#### 4.3.3. Taxas de Juros contratadas

A carteira de investimento da Companhia dos títulos classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) possui as seguintes taxas de juros contratadas:

	31/12/2025
Títulos	
Letras do Tesouro Nacional Prê	Prê 14,08%
Letras financeiras do tesouro	Pós 0,0426% a 0,0508%
Notas do tesouro nacional (NTN-F) Prê	Prê 10,23%

#### 4.3.4. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o Value-at-risk (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando um determinado intervalo de 99% de confiança. Para determinar os fatores que compõem a matriz de fatores, foram utilizadas a metodologia Value-at-Risk (VaR) paramétrica, proposto pelo JPMorgan através do Riskmetrics, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

### 4.4. Risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Riscos e Controles Internos realizar o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos operacional, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais da Gerência de Riscos e Controles Internos devem:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
- Propor e/ou consolidar as políticas de riscos, políticas de controles internos e política de perdas operacionais, de governança de riscos e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Propor junto à Gerência de Compliance as políticas de conformidade, fraude e prevenção à lavagem de dinheiro;
- Estabelecer, cumprir e garantir o cumprimento dos padrões de monitoramento contínuo de riscos e controles;
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
- Orientar e apoiar os gerentes na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os gerentes responsáveis por cada área, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
- Chefiar e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- Mantiver os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos; e
- Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de front office.

### 4.5. Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 02/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da Companhia, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. No exercício de 2025 a Companhia avaliou que não houve resultados não recorrentes.

### 5. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pelo BACEN, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que ocorrem ou em quaisquer períodos futuros afetados. Isso se aplica a causas judiciais e ao diferimento de receita, incluindo:

- informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e
- informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

### 6. Títulos e valores mobiliários

Os fundos de investimentos são compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas e valores a receber, a pagar e de tesouraria que estão apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2025				
	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos (I)	Acima de 05 anos (II)
Valor Justo por meio do resultado	190.354	188.347	116.497	13.155	4.662
Debêntures	32.587	31.175	-	3.949	23.976
Fundos de investimento	128.958	128.958	116.715	-	12.243
Letras financeiras	25.406	24.871	-	6.850	18.556
Letras financeiras do tesouro	1.265	1.235	-	-	1.265
Operações compromissadas	2.356	2.326	-	2.356	-
Outros valores	(218)	(218)	(218)	-	-
Outros resultados abrangentes	102.972	104.477	-	36.055	66.917
Letras financeiras do tesouro	17.236	17.237	-	-	17.236
Letras do tesouro nacional	36.055	36.064	-	36.055	-
Notas do tesouro nacional	49.681	51.176	-	-	49.681
Total	293.326	292.824	116.497	49.210	122.957

(I) O saldo do balanço patrimonial é representado pelo valor justo.

(II) Contém abertura de agio dos ativos do fundo exclusivo marcado VJR e com liquidez inferior a 30 dias.

### 6.1. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

#### a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31/12/2025	
	Nível 1	Nível 2
Debêntures	32.587	-
Fundos de investimento	128.958	-
Letras financeiras	-	25.406
Letras financeiras do tesouro	1.265	-
Operações compromissadas	-	2.356
Outros valores	(218)	-
Outros resultados abrangentes	162.592	27.762
Letras financeiras do tesouro	17.236	-
Letras do tesouro nacional	36.055	-
Notas do tesouro nacional	49.681	-
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	102.972	-
Total	265.564	27.762

#### b. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	
	Saldo Inicial	Saldo final
Fundos	279.240	190.354
Letras financeiras do tesouro	-	17.236
Letras do tesouro nacional	30.133	36.056
Notas do tesouro nacional	47.827	49.679
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	357.200</	



CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS  
CNPJ: 05.349.595/0001-09

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

\*continuação

Corretora. O diferimento do ativo intangível é realizado pelo método linear ao longo do prazo de vigência do contrato, estipulado em 7 anos.  
(b) Em 24 de junho de 2024, a CNP Consórcio firmou um acordo comercial com o banco BRB com objetivo de distribuição, promoção, oferta, venda e/ou pós-venda dos produtos nos canais de distribuição do banco, em caráter exclusivo.  
(c) A CNP Consórcio adotou, para o reconhecimento e mensuração do ativo intangível relacionado aos balcões do banco BRB e da XP, a legislação vigente, incluindo os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos contábeis CPC 01 (R1) e CPC 04 (R1). São realizados testes periódicos de recuperabilidade, conforme exigido, para garantir que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável.

O diferimento do ativo intangível é realizado pelo método linear ao longo do prazo de vigência do contrato, estipulado em 20 anos, a contar da data de início do uso pela exclusividade previsto para janeiro de 2025.  
(c) A CNP Consórcio adotou, para o reconhecimento e mensuração do ativo intangível relacionado aos balcões do banco BRB e da XP, a legislação vigente, incluindo os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos contábeis CPC 01 (R1) e CPC 04 (R1). São realizados testes periódicos de recuperabilidade, conforme exigido, para garantir que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável.

11. Outras obrigações - Administradora	
<b>11.1. Obrigações sociais e estatutárias</b>	
	<b>31/12/2025</b>
Dividendos	22.211
Juros sobre capital próprio	28.890
Gratificações e participações	2.066
<b>Total</b>	<b>53.167</b>
<b>11.2. Obrigações fiscais e previdenciárias</b>	
	<b>31/12/2025</b>
Impostos retidos	3.164
Impostos e contribuições sobre o lucro	2.626
<b>Total</b>	<b>5.790</b>
<b>11.3. Diversas</b>	
	<b>31/12/2025</b>
Fornecedores	1.329
Recursos não procurados de grupos encerrados	13
Despesas de pessoal	1.196
Arrendamento de balcão	281
Comissões a pagar	33.620
Serviços de terceiros operacional	19.971
Honorários	421
Ressarcimento de custos a pagar - CNP Capitalização S.A. (nota 13)	416
Ressarcimento de custos a pagar - Previsul (nota 13)	11.888
Rendas antecipadas (i)	31.716
Outras despesas administrativas a pagar	21.187
Outros valores a pagar	361
<b>Total circulante</b>	<b>122.399</b>
Contingências cíveis	8.403
Contingências trabalhistas	5.874
Rendas antecipadas (i)	215.505
Fornecedores (ii)	40.000
Outros valores	949
<b>Total não circulante</b>	<b>270.731</b>

(i) Valores a serem reconhecidos como receita de prestação de serviço quando satisfeitas as obrigações de desempenho.  
(ii) Em 24 de junho de 2024, a CNP Consórcios firmou um acordo comercial com o banco BRB, estabelecendo a distribuição exclusiva de seus produtos nos canais de distribuição do banco.

No âmbito deste contrato, foi reconhecido um passivo financeiro no montante inicial de R\$ 80 milhões, correspondente ao preço de acesso à exclusividade, pagos em 17/01/2025. Adicionalmente, a CNP Consórcios registrou um passivo financeiro adicional de R\$ 40 milhões, condicionado ao cumprimento das metas de produção contratualmente estabelecidas, totalizando o montante de 120 milhões.  
O Passivo financeiro é reconhecido pelo seu valor justo, refletindo o montante devido conforme as condições contratuais, sendo mensurado pelo custo amortizado, conforme CPC 48, uma vez que representa um compromisso contratual futuro. O montante adicional condicionado ao desempenho da produção será revisado a cada encerramento de exercício e ajustado conforme a realização ou não das metas de vendas estipuladas para o banco BRB. Foi realizada avaliação na data-base de dezembro/25 e o Passivo mantém-se de acordo com a performance acordada no contrato.

11.4. Depósitos judiciais e provisões judiciais		31/12/2025	
	Depósitos judiciais	Contingências passivas	Total
Natureza cível	10.352	8.403	18.755
Natureza trabalhista	4.268	5.874	10.142
<b>Total</b>	<b>14.620</b>	<b>14.277</b>	<b>28.897</b>

Os depósitos judiciais cíveis correspondem substancialmente a valores oriundos de demandas judiciais envolvendo as devoluções de valores e parcelas pagas pelos consorciados, cujos grupos não tenham sido encerrados.  
Os critérios levados em consideração pelos assessores jurídicos para quantificar as provisões para contingências são: a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudence dominante. Mediante esta avaliação, a constituição de provisão ocorre para as causas judiciais classificadas com probabilidade de perda provável.  
A Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

- Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os débitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída, sob número 1059379-34.2021.4.01.3400, antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito. O processo teve decisão favorável em parte e segue aguardando julgamento. Com relação à parte favorável, a Companhia habilitou o crédito no valor de R\$ 14.482, sendo R\$ 9.657 de principal e R\$ 4.825 de atualização por juros Selic. Ao longo do exercício de 2025 a Companhia consumiu R\$ 805 deste crédito, permanecendo saldo a compensar de R\$13.677.  
- Ação anulatória, autuada sob número 1031492-12.2020.4.01.3400, contra decisões administrativas proferidas nos PAFs 10166.901225/2017-01, 10166.901225/2017-47, 10166.901223/2017-11, 10166.901224/2017-58 e 10166.901222/2017-69, para reconhecer o direito creditório e o direito a repetição de indébito dos pagamentos efetuados a maior classificados como possível no valor de R\$ 1.083 correspondente a 31 de dezembro de 2025.

A Companhia é parte em processo administrativo, iniciado em junho de 2025 pelo Distrito Federal, para a cobrança de ISS no montante total de R\$ 355.715 (valor atualizado até dezembro de 2025), sob o fundamento de competência ativa para a cobrança do imposto já recolhido para outra localidade. Após protocolo da impugnação, em 22/07/25, o processo segue aguardando julgamento em 1ª instância administrativa. No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda no caso.

Demonstramos a seguir a segregação em função da probabilidade de perda. Os números apresentados referem-se aos valores das ações:

	31/12/2025				Total
	Quantidade	Remota	Possível	Provável	
Natureza cível	2.505	751	6.658	8.403	15.812
Natureza trabalhista	130	7.469	11.000	5.874	24.343
Natureza fiscal - contingências	1	-	355.715	-	355.715
	<b>2.636</b>	<b>8.220</b>	<b>373.373</b>	<b>14.277</b>	<b>395.870</b>

11.5. Movimentação das ações judiciais e provisões passivas		Saldo		Atualizações		Saldo	
	01/01/2025	Adições	Reversões	Pagamentos	e juros	31/12/2025	
Natureza cível	4.624	11.411	(5.594)	(2.980)	942	8.403	8.403
Natureza trabalhista	5.267	21	(70)	(123)	779	5.874	5.874
	<b>9.891</b>	<b>11.432</b>	<b>(5.664)</b>	<b>(3.103)</b>	<b>1.721</b>	<b>14.277</b>	<b>14.277</b>

**12. Patrimônio líquido - Administradora**

**12.1. Capital social**  
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 139.000 em 31 de dezembro de 2025, e está dividido em 7.711.637 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

**12.2. Reservas de lucros**  
**i. A Reserva legal** é de R\$ 7.646 em 31 de dezembro de 2025, constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.  
**ii. A Reserva de retenção de lucros** é de R\$ 244.848 em 31 de dezembro de 2025, constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos.

**12.3. Dividendos**  
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal. No exercício foram deliberados pela Diretoria dividendos intermediários de R\$ 19.957.  
Os dividendos provisionados foram calculados como segue:

	2º semestre de 2025		31/12/2025	
Lucro líquido do semestre/exercício	93.863	112.305	93.863	112.305
(-) Reserva Legal	(4.693)	(5.615)	(4.693)	(5.615)
<b>Base de cálculo de dividendos</b>	<b>89.170</b>	<b>106.690</b>	<b>89.170</b>	<b>106.690</b>
Dividendo mínimo - 25%	22.292	26.672	22.292	26.672
Juros sobre capital próprio bruto	7.900	7.900	7.900	7.900
Imposto de renda retido dos juros sobre o capital próprio pagos - 15%	(1.185)	(1.185)	(1.185)	(1.185)
Juros sobre o capital próprio líquido	6.715	6.715	6.715	6.715
<b>Dividendos e (JCSF) a serem pagos</b>	<b>15.577</b>	<b>19.957</b>	<b>15.577</b>	<b>19.957</b>

**12.4. Juros sobre capital próprio**  
Demonstramos a seguir o cálculo dos juros sobre o capital próprio, registrado em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	
	Ativo	Passivo
(+) parcelas não realizadas de TVM	-	(3.515)
<b>Base de cálculo de JCP</b>	<b>299.418</b>	<b>299.418</b>
Taxa de juros de longo prazo do período (TJLP)	8,67%	8,67%
<b>Máximo de juros sobre o capital próprio a ser provisionado</b>	<b>25.960</b>	<b>25.960</b>
<b>Juros sobre o capital próprio proposto</b>	<b>7.900</b>	<b>7.900</b>
Imposto de renda retido na fonte	1.185	1.185
Juros sobre o capital próprio de anos anteriores a pagar	22.175	22.175
<b>Juros sobre o capital próprio a pagar</b>	<b>28.890</b>	<b>28.890</b>

**13. Transações com partes relacionadas - Administradora**

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Assurances (Controladora direta), suas acionistas: CNP Assurances Participações Ltda. e CNP Assurances Latam Holding Ltda., Empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas.  
A Companhia atua de forma integrada com as entidades coligadas da Companhia de Seguros Previdência do Sul, de controle comum da sua Controladora, e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.  
Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	
	Ativo	Passivo
Companhia de Seguros Previdência do Sul (i)(v)	-	(11.888)
CNP Capitalização S.A. (i)	-	(416)
CNP Participações Ltda. (vii) (viii)	-	(24.656)
CNP Assurances Latam Holding Ltda. (vii) (viii)	-	(511)
CNP Assurances França (vii) (viii)	-	(25.934)
XSS Administradora de Consórcios S.A. (i)	583	-
Caixa Econômica Federal (ii)	46	-
	<b>629</b>	<b>(63.405)</b>
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
	<b>Receita</b>	<b>Despesa</b>
Companhia de Seguros Previdência do Sul (i)(v)	-	(75.045)
CNP Capitalização S.A. (i)	-	(1.380)
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (vi)	-	(53)
Caixa Vida e Previdência S.A. (ix)	-	(119)
	<b>-</b>	<b>(76.597)</b>

(i) Compreendem as movimentações relativas ao apoio administrativo e ou operacional ocorrido entre empresas ligadas;  
(ii) Despesas comerciais, que abrangem a remuneração decorrente do uso do balcão, a prestação de serviços pela CAIXA de cobrança e administração de ativos e disponibilidade financeira;  
(iii) Despesas referentes ao comissionamento, incentivos às vendas;  
(iv) Despesas referentes a prestação de serviços de terceiros;  
(v) Operações de seguros de funcionários;  
(vi) Plano odontológico oferecido aos funcionários;  
(vii) Juros sobre capital próprio;  
(viii) Dividendos;  
(ix) Contribuições para o plano de previdência privada oferecido aos funcionários.

**14. Plano de previdência patrocinado - Administradora**

A Companhia oferece aos seus empregados um plano de previdência complementar, nas modalidades PGBL e/ou VGBL, contratado junto à Caixa Vida e Previdência S.A. Esse plano tem como objetivo complementar a renda na aposentadoria e pode ser utilizado como uma forma de investimento de longo prazo, com benefícios adicionais opcionais.  
Nos termos do regulamento do fundo, a Companhia contribui com percentuais variáveis entre 2% e 12% do salário contratual do empregado. Além disso, a Companhia pode contribuir com até 100% do valor das contribuições voluntárias realizadas pelos empregados, conforme critérios estabelecidos no regulamento.  
Foram efetuadas contribuições no montante de R\$ 119 em 31 de dezembro de 2025.

15. Receitas da intermediação financeira		
A composição das receitas da intermediação financeira pode ser resumida conforme demonstrado abaixo:		
	<b>2º semestre de 2025</b>	<b>31/12/2025</b>
Receita com títulos de renda fixa	4.434	8.428
Receita com fundos de investimento	22.912	143.712
	<b>27.346</b>	<b>152.140</b>

16. Receitas de prestação de serviços - Administradora		
São representadas integralmente por taxa de administração de consorciados:		
	<b>2º semestre de 2025</b>	<b>31/12/2025</b>
Receita com taxa de administração de Consórcios	180.593	338.770
Rendas antecipadas	(16.506)	(27.379)
	<b>164.087</b>	<b>311.391</b>

17. Despesas de pessoal - Administradora		
A composição das despesas de pessoal pode ser resumida conforme demonstrado a seguir:		
	<b>2º semestre de 2025</b>	<b>31/12/2025</b>
Benefícios	(1.260)	(4.873)
Encargos sociais	(483)	(1.382)
Proventos	(2.895)	(5.585)
Despesas compartilhadas	(11.580)	(29.039)
Outras despesas de pessoal	(6)	(13)
	<b>(16.224)</b>	<b>(40.892)</b>

18. Outras despesas administrativas - Administradora		
A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:		
	<b>2º semestre de 2025</b>	<b>31/12/2025</b>
Serviços de terceiros	(11.068)	(16.332)
Localização e funcionamento	(14.551)	(24.086)
Publicidade e propaganda	(1.948)	(4.105)
Ressarcimentos de recursos não procurados	(5.350)	(11.229)
Despesas compartilhadas	(23.653)	(41.734)
Comissões	(59.644)	(112.772)
Outras despesas administrativas	(1.474)	(3.330)
	<b>(117.689)</b>	<b>(213.589)</b>

19. Despesas Tributárias - Administradora		
Demonstramos as despesas tributárias incorridas no período de análise, conforme abaixo:		
	<b>2º semestre de 2025</b>	<b>31/12/2025</b>
ISS	(4.054)	(8.306)
PIS e COFINS	(15.928)	(34.504)
Outras despesas tributárias	(14)	(62)
	<b>(19.996)</b>	<b>(42.872)</b>

Em outubro de 2025, a Companhia passou a realizar o aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS da não-cumulatividade, calculados sobre os custos com as comissões pagas aos representantes de vendas de consórcios. Os valores de despesa de PIS e COFINS acima demonstrados (R\$ 34.504 em 31/12/2025) representam R\$ 5.554 em receitas com créditos reconhecidos e consumidos em 2025.

20. Outras receitas e despesas operacionais - Administradora		
A composição das outras receitas e despesas operacionais pode ser resumida como segue:		
	<b>2º semestre de 2025</b>	<b>31/12/2025</b>
Receita com multas e juros	20.063	22.959
Taxa de permanência	31.512	57.624
Outras rendas operacionais	11.588	20.627
Honorários e custos processuais	2.048	(3.708)
Formalização e custo de contemplação	(1.363)	(3.226)
Despesas acessórias com vendas	(4.268)	(7.174)
Serviço de recuperação de crédito	(1.077)	(1.858)
Mídia produto	(32)	(331)
Central de relacionamento	(457)	(942)
Serviços de terceiros	(6.081)	(15.849)
Indenizações judiciais	(4.277)	(13.837)
Pagamento obrigatório ao estipulante	30.380	26.679
Resultado de PIARC no semestre/exercício	(1.236)	(907)
Outras despesas operacionais	1.269	851
	<b>78.069</b>	<b>80.908</b>

21. Participações estatutárias no lucro		
A composição das participações estatutárias no lucro pode ser resumida como segue:		
	<b>2º semestre de 2025</b>	<b>31/12/2025</b>
Despesa com participação no lucro	(620)	(1.203)
Despesas compartilhadas	(1.479)	(4.711)
	<b>(2.099)</b>	<b>(5.914)</b>

**22. Imposto de renda e contribuição social - Administradora**



**CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS**  
CNPJ: 05.349.595/0001-09

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

\*continuação

**Aos Administradores e Acionistas da  
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios**  
São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2025 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - demonstrações financeiras comparativas**  
Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando,

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2026



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-014428/O-6

**Carolina Maciel Messias dos Santos**  
Contadora - CRC SP-246031/O-8

